

CONSIDERAÇÕES SOBRE PARÂMETROS NATURAIS E GRAU DE TECNIFICAÇÃO NA AGRICULTURA O CASO DO EXTREMO OESTE PAULISTA

Nelde Aparecida Zamuner Barrios
Laboratório de Climatologia, UNESP, São Paulo
BRASIL

O homem ao utilizar os recursos naturais para produção de bens materiais estabelece com a natureza uma relação de posse, que conduz a uma alteração nas interações entre os diferentes elementos que compõem a medida em que tem apenas como finalidade a obtenção de lucros. Tal postura leva a rápidos experimentos dos recursos naturais básicos e à busca frenética por novos domínios onde se possa novamente estabelecer o mesmo grau de dependência. Esse processo de ocupação de terras foi comum em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde a estrutura agrária se organizou em torno dos latifúndios monocultores, produtores de matéria-prima para exportação, graças à abundância de recursos naturais que permitiam no momento de empobrecimento dos solos das regiões ocupadas a avançar para novas terras. O Estado de São Paulo teve seu crescimento econômico inicial ligado à exploração de uma monocultura do café. A expansão da cultura cafeeira em direção às margens do rio Paranapanema, foi acompanhada pela ampliação das linhas de estrada de ferro, que trouxeram a proliferação de pequenos centros de processamento no interior, os quais transformaram-se em importantes centros urbanos, como é o caso da cidade de Presidente Prudente, inserida no Extremo Oeste Paulista, delimitada entre 51° e 53° 15' W e 21° 30' e 22° 45' S estende-se no sentido W-E por cerca de 220 Km e é composta atualmente por 30 municípios. Trata-se de uma porção territorial onde, há uma quase invariabilidade espacial dos atributos climáticos, o mesmo não acontece com a distribuição temporal, principalmente da pluviosidade, elemento que melhor caracteriza episódios atmosféricos de risco em áreas tropicais, quer pelas chuvas intensas, quer pela seca, resultante da posição latitudinal da região, uma zona de conflito entre sistemas tropicais e extra-tropicais. A mudança de uma estação chuvosa no verão, época em que se desenvolvem os cultivos temporários de algodão, milho, feijão, amendoim, cana-de-açúcar, soja entre outros, alguns deles introduzidos após a desaparecimento do café, em sistemas alternados de cultura e/ou de áreas, mas sempre com utilização máxima da terra, na fase de preparação do solo e semeadura ficam mais expostos à ação das chuvas. A combinação entre fragilidade dos solos e distribuição temporal das chuvas, aliada aos processos de exploração do solo, desencadeiam processos erosivos, em alguns casos bastante intensos, que afetam grande parte das terras agricultáveis e repercutem, também, nas disponibilidades hídricas do solo. Embora possa-se considerar que no Estado de São Paulo se pratica uma agricultura "moderna" deve-se entender essa modernização como afeta alguns produtos e determinadas regiões, como é o caso da citricultura e produção sucro-alcooleira, que tem como base o trabalho assalariado e a presença de técnicas avançadas. O grande contingente de pequenos e médios produtores, que praticam uma agricultura de subsistência e de pequenas culturas comerciais na região, organizam-se com base no trabalho familiar e apresentam um nível baixo de tecnificação, levando a um comprometimento

acentuado dos recursos naturais básicos aqui entendidos como solo e água, e conseqüentemente, da produtividade. A estreita vinculação da agricultura de subsistência aos recursos naturais básicos e o baixo grau de tecnificação geram problemas ambientais que são resultantes, principalmente: a) da falta de capital que impossibilita a adoção de procedimentos adequados para preservação dos solos; b) da resistência à adoção de práticas conservacionistas, resquício de “herança cultural” dos primeiros ocupantes; c) de alguns sistemas adotados na região, como o do arrendamento, praticado em terras de pecuária extensiva, cujo contrato entre as partes torna quase impossível a adoção de medidas de preservação.